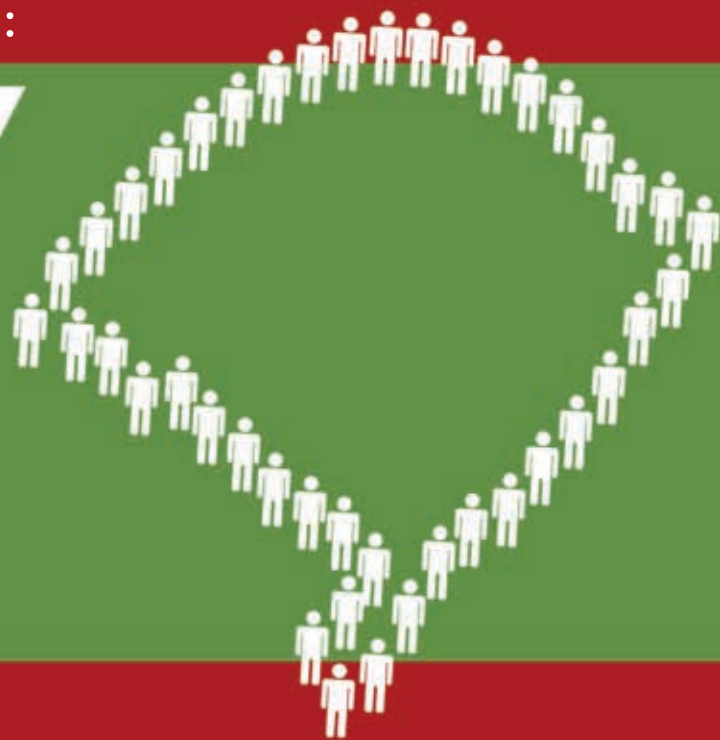




**RIO GRANDE DO SUL 2020:**

**O NOVO CENÁRIO  
SOCIOECONÔMICO  
E SEU IMPACTO  
SOBRE OS  
NEGÓCIOS**



**SISTEMA  
FECOMÉRCIO-RS**  
CCERGS • SESC • SENAC • IFEP

# DIRETORIA FECOMÉRCIO-RS – 2010/2014

## Presidente

Zildo De Marchi

## Vice-Presidentes

Luiz Carlos Bohn - 1º Vice-Presidente

Ronaldo Sielichow - Vice-Presidente Financeiro

Luiz Antônio Baptistella - Vice-Presidente Administrativo

Alécio Lângaro Ughini

André Luiz Roncatto

Antônio Trevisan

Arno Gleisner

Cezar Augusto Gehm

Flávio José Gomes

Francisco José Franceschi

Ibrahim Mahmud

Itamar Tadeu Barboza da Silva

Ivanir Antônio Gasparin

Ivo José Zaffari

João Francisco Micelli Vieira

João Oscar Aurélio

Joarez Miguel Venço

Joel Vieira Dadda

Júlio Ricardo Andriguetto Mottin

Leonardo Ely Schreiner

Leonides Freddi

Luiz Caldas Milano

Manuel Suarez

Maria Cecília Pozza

Moacyr Schukster

Nelson Lídio Nunes

Olmar João Pletsch

Olmiro Lautert

Walendorff

Renzo Antonioli

## Diretoria

Levino Luiz Crestani - Diretor Financeiro

Jorge Ludwig Wagner - Diretor Administrativo

Adair Umberto Mussoi, Ary Costa de Souza, Carlos Cezar Schneider, Celso Canísio Müller, Cladir Olimpio Bono, Darci Alves Pereira, Edison Elyr dos Santos, Edson Luis da Cunha, Elvino Renato Ranzi, Francisco Squeff Nora, Gabriel de Oliveira Souto Junior, Gerson Jacques Müller, Gerson Nunes Lopes, Hélio Berneira, Henrique José Gerhardt, Isabel Cristina Vidal Ineu, Jaime Gründler Sobrinho, Jamel Younes, Joel Carlos Köbe, Jorge Salvador, José Nivaldo da Rosa, Jovino

Antônio Demari, Liones Oliveira Bittencourt, Luís Alberto Ribeiro de Castro, Luiz Carlos Dallepiane, Luiz Henrique Hartmann, Marco Aurélio Ferreira, Marcos André Mallmann, Marice Fronchetti Guidugli, Milton Gomes Ribeiro, Paulo Renato Beck, Paulo Roberto Kopschina, Rogério Fonseca, Rui Antônio dos Santos, Sérgio José Abreu Neves, Sueli Morandini Marini, Tien Fu Liu, Túlio Luis Barbosa de Souza, Walter Seewald, Zalmir Francisco Fava

## Diretoria Suplente

Airton Floriani, Alexandre Carvalho Acosta, André Luis Kaercher Piccoli, Antônio Clóvis Kappaun, Arlindo Marcos Barizon, Carmen Flores, Clobes Zucolotto, Daniel Miguelito de Lima, Dinah Knack, Eduardo Vilela Neves, Eider Vieira Silveira, Ernesto Alberto Kochhann, Everton Barth dos Santos, Francisco Amaral, Gilberto José Cremonese, Gilmar Tadeu Bazanella, Hildo Luiz Cossio, Jair Luiz Guadagnin, Janaína Kalata das Neves, Jarbas Luff Knorr,

João Antonio Harb Gobbo, Jorge Alfredo Dockhorn, José Joaquim Godinho Cordenonsi, José Vagner Martins Nunes, José Vilásio Figueiredo, Juarez dos Santos Martins, Jurema Pesenti, Ladir Nicheli, Luiz Alberto Rigo, Luiz Carlos Brum, Marcus Luis Rocha Farias, Miguel Francisco Cieslik, Paulo Ganzer, Ramão Duarte de Souza Pereira, Régis Luiz Feldmann, Ricardo Pedro Klein, Romeu Maurício Benetti, Silvio Henrique Frohlich, Susana Gladys Coward Fogliatto, Valdir Appelt

## Conselho Fiscal

Erselino Achylles Zottis, Fábio Norberto Emmel, Rudolfo José Mussnich

## Conselho Fiscal Suplentes

Gilda Lúcia Zandoná, Luiz Roque Schwertner, Nelson Keiber Faleiro

# ÍNDICE

EDITORIAL	▲ 04
1 INTRODUÇÃO	▲ 05
2 CENÁRIO 2020	▲ 07
2.1 CENÁRIO DEMOGRÁFICO	▲ 09
2.2 CENÁRIO SOCIOECONÔMICO	▲ 11
2.2.1 Ampliação do produto e da renda	▲ 11
2.2.2 Configuração das classes sociais	▲ 13
3 PROJEÇÕES PARA O CONSUMO DAS FAMÍLIAS	▲ 18
3.1 BENS	▲ 19
3.2 SERVIÇOS	▲ 21
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	▲ 23



Zildo De Marchi

PRESIDENTE DO SISTEMA FECOMÉRCIO-RS/SESC/SENAC

A

o longo dos últimos anos foram percebidas algumas modificações no caráter socioeconômico do Brasil e do Rio Grande do Sul. Em termos gerais, elevou-se o nível de renda de forma significativa e a população tornou-se mais velha e mais educada, processos que terão continuidade ao longo desta década. Esses fatores moldam as características básicas dos indivíduos que compõem a economia gaúcha e influenciam diretamente seu perfil de consumo.

Nesse sentido, anteendo as mudanças que ocorrerão nos próximos anos, decorrentes da continuidade desse processo de desenvolvimento, a Fecomércio-RS (Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do RS) buscou, com o presente trabalho, projetar o comportamento do consumidor gaúcho ao longo desta década, estimando o crescimento de suas despesas em diferentes grupos de bens e de serviços.

A justificativa para realização de um estudo desse tipo está na importância que questões como a composição e o volume dos gastos e o comportamento das famílias gaúchas possuem para o planejamento das empresas do setor terciário do Estado. Decisões a respeito do perfil e do montante de investimentos a serem realizados, ramos de ampliação de negócios, estratégias de vendas e publicidade, entre outras, dependem fundamentalmente da demanda que é projetada pelas empresas para o futuro.

Assim, as projeções de características e despesas dos consumidores realizadas pelo estudo auxiliam as empresas gaúchas a estabelecerem parâmetros fundamentais ao planejamento e definição de estratégias para os próximos anos, considerando o perfil dos clientes de cada uma delas.



# 1 \ INTRODUÇÃO

A dinâmica da economia brasileira vem se modificando ao longo dos últimos anos, com forte crescimento do mercado interno e uma parcela significativa da população saindo das classes D e E para ingressar na classe C. Simultaneamente, tem-se observado uma transformação na estrutura etária da população brasileira, que vem sofrendo um processo de envelhecimento, de modo que as faixas de idade mais avançadas passam a ter uma participação percentual cada vez maior no total de indivíduos. Esses dois fatores conjugados tendem a provocar alterações no perfil de consumo da população nos próximos anos. O consumidor médio que irá compor as economias brasileira e gaúcha no futuro terá hábitos distintos do atual, exigindo adaptações do mercado de forma a atender sua demanda que, além de maior, deverá sofrer algumas mutações.

A economia brasileira imergiu recentemente em uma dinâmica de crescimento virtuosa, proporcionada pela conquista e consolidação de um ambiente de estabilidade que parece não ser mais reversível. Fundamentos macroeconômicos sólidos aliados a um ambiente institucional relativamente estável e apropriado à realização de negócios possibilitaram, auxiliados por uma conjuntura internacional favorável, a concretização de uma sequência de taxas de crescimento do PIB positivas e expressivas nos últimos anos. Nesse contexto, os alicerces constituídos pela economia brasileira ao longo das últimas décadas permitem vislumbrar um cenário positivo em termos de expansão da atividade econômica e da renda.

Concomitantemente ao ritmo mais elevado de crescimento, observa-se que os rendimentos das classes situadas à base da pirâmide social têm aumentado a taxas proporcionalmente maiores do que as dos estratos superiores, contribuindo para a ascensão dos indivíduos mais pobres e para uma distribuição mais equânime da riqueza. Esse processo pode ser considerado permanente, visto que, segundo os estudos econômicos mais recentes e relevantes, a melhora no perfil de distribuição de renda está ligada, principalmente, à elevação dos níveis de escolaridade e não apenas a transferências de renda transitórias, relacionadas às políticas de valorização do salário mínimo e de bolsa família. Dessa forma, projeta-se, em adição à continuidade da ampliação do mercado consumidor interno, uma tendência de desaparecimento das classes sociais inferiores em um futuro não muito longínquo. Esses dois fatores representarão efeitos distintos sobre a demanda por bens e serviços, visto que a evolução da estrutura das classes sociais faz com que se vislumbre não apenas uma simples elevação do nível



de consumo das famílias seguindo os moldes atuais, mas também uma modificação na composição desse consumo. À medida que os indivíduos possuem mais renda e ascendem na escala social, seus hábitos tendem a adaptar-se a seu novo padrão de vida, impactando o volume e o arranjo de seus gastos.

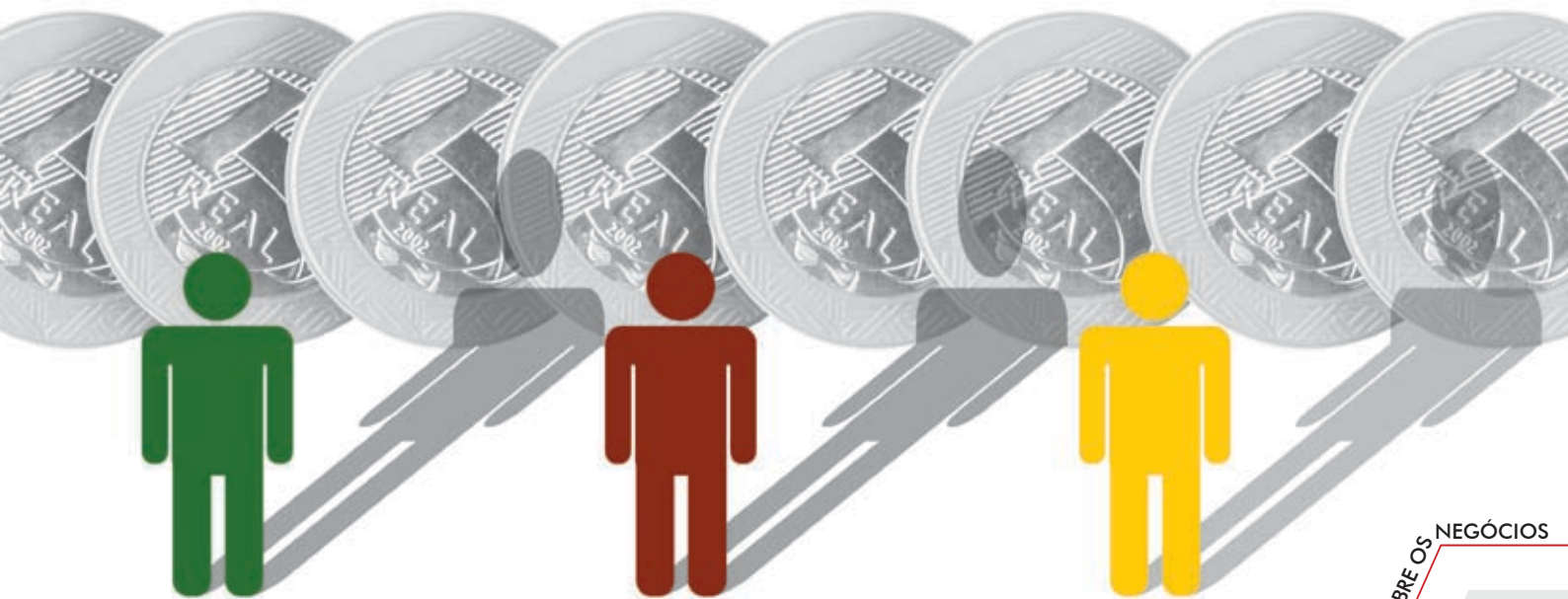
Juntamente à perspectiva de elevação do nível de escolaridade e de renda, a fase de transição em que se encontram Brasil e Rio Grande do Sul deve representar alterações tanto no volume quanto na estrutura etária de suas populações ao longo desta década. Em especial, a população gaúcha pertencente às faixas etárias mais jovens deve permanecer praticamente estagnada nos próximos 10 anos, enquanto as faixas intermediárias, que representam o auge da capacidade produtiva da população, devem elevar sua participação no total de habitantes, passando a concentrar o maior número de indivíduos em comparação com as faixas extremas. Naturalmente, também se espera um aumento do número de pessoas de idade mais avançada e da participação de idosos no total da população. De forma óbvia, tais transformações na pirâmide etária também possuem efeitos sobre os padrões de consumo dos indivíduos. Uma população mais velha, em média, possui hábitos distintos que impactam sua demanda e que, portanto, devem necessariamente ser levados em conta quando se trata de inferir a respeito de seu consumo no futuro. Por um lado, a estagnação do número de crianças deve limitar a expansão do mercado de consumo de artigos e serviços relacionados à idade infantil. Por outro, uma parcela maior de indivíduos de meia idade tende a impulsionar a demanda por bens duráveis e imóveis, por exemplo, entre outros bens e serviços. Por fim, itens típicos da cesta de consumo de idosos, como medicamentos e serviços de assistência à saúde, devem ser afetados de maneira especial devido ao processo de envelhecimento da população. Tendo todas essas perspectivas em vista, a

Fecomércio-RS busca no presente trabalho projetar o volume e a composição dos gastos das famílias gaúchas em consumo de bens e serviços ao longo desta década, considerando a importância de um estudo deste tipo para as empresas que representa. Um exercício que produz estimativas para a demanda das famílias ao longo dos próximos anos possui grande relevância no que diz respeito ao planejamento de empresas que atuam e que podem vir a atuar nos diversos segmentos do comércio no Estado. Embora as projeções elaboradas estejam inevitavelmente sujeitas a fatores imponderáveis, elas baseiam-se em cenários realistas e com grande probabilidade de concretização e, portanto, podem servir como guia de orientação para todas as empresas ligadas ao setor de comércio e serviços. As projeções apresentadas neste trabalho foram elaboradas com base no comportamento do consumidor gaúcho no que diz respeito ao volume e à composição de seus gastos ao longo dos últimos anos, mapeado a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-2009 e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), ambas do IBGE. Complementarmente, as projeções também levam em conta as perspectivas para o crescimento da renda familiar (e a consequente alteração na configuração das classes sociais) e para o crescimento e mudança na estrutura etária da população nos próximos anos. O conhecimento do perfil do consumidor que participará do mercado ao longo dos próximos anos, dada a construção de um cenário-base hipotético, alicerça a identificação dos tipos de dispêndio que serão realizados pelas famílias gaúchas neste período. Com isso, este trabalho visa combinar a elevação da renda e a mudança nas estruturas etária e social da população Rio Grande do Sul para estimar o crescimento dos diferentes segmentos de consumo das famílias nesta década.

## 2 \ CENÁRIO 2020

Uma estimativa para a evolução dos gastos em consumo da população gaúcha até 2020 exige a construção de um cenário socioeconômico para o Brasil e para o Rio Grande do Sul ao longo deste período. Com efeito, o desempenho de diversos fatores nos próximos anos, como nível de escolaridade, crescimento populacional, renda familiar, mercado de trabalho, volume de crédito, entre outros, terá influência sobre os hábitos dos indivíduos durante este período. A identificação do perfil socioeconômico da população que irá compor o mercado de consumo ao longo da próxima década é

fundamental para que seja possível obter-se uma estimativa para o volume e a composição de seu gasto. Assim, o primeiro passo nesse sentido é projetar o desempenho de alguns fatores-chave referentes à economia e à população gaúchas para a próxima década, de modo a elaborar um panorama que servirá de base para as estimativas de consumo. Além disso, mais importante do que basear estimativas exatas do crescimento que terá cada segmento de despesa das famílias gaúchas, a identificação das tendências para o futuro desses fatores-chave é útil por si só, pois fornece uma perspectiva para o futuro dos gastos familiares.



## 2.1 CENÁRIO DEMOGRÁFICO

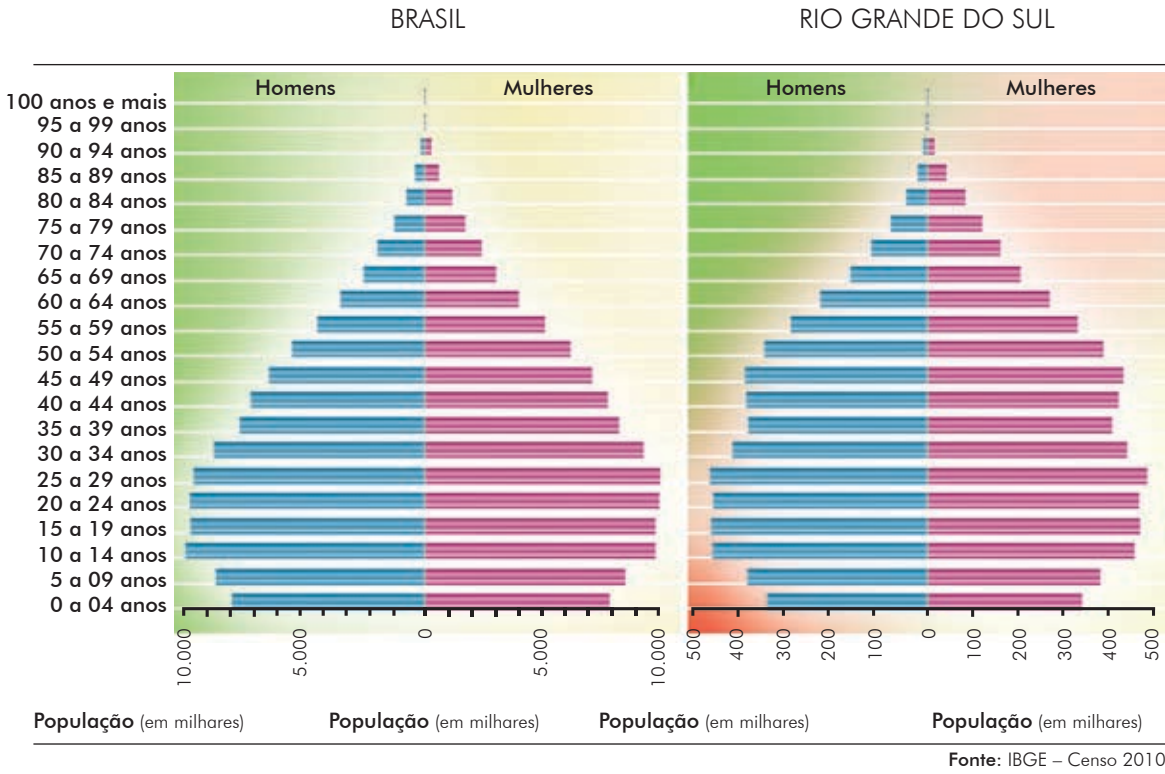
As taxas de crescimento populacional, em consonância com o processo de desenvolvimento do País, vem passando por uma desaceleração ao longo das últimas décadas. Com a expectativa de vida elevando-se, além do aumento da população total estar cada vez mais lento, sua composição, em termos de faixas de idade, vem se modificando, alterando as pirâmides etárias brasileira e gaúcha, que já iniciaram o processo de inversão em seu formato. Enquanto os níveis crescentes de educação e de inserção das mulheres no mercado de trabalho contribuem para reduzir as taxas de fecundidade, o aumento e melhor distribuição da renda elevam a expectativa de vida da população, à medida que o acesso a serviços básicos e de saúde é garantido a um número maior de indivíduos. Esses dois processos devem continuar ao longo dos próximos anos, com a economia aproximando-se de um estágio de maturidade, em que sua população cresce muito pouco ou nada e concentra-se em faixas de idade mais velhas. No que diz respeito, particularmente, ao Rio Grande do Sul, o fenômeno de envelhecimento da população encontra-se em estágios mais avançados em relação ao Brasil como um todo. Com uma taxa de crescimento populacional menor do que a nacional desde a década de 1940, e com uma das maiores expectativas de vida do País, o Estado, atualmente, já possui uma pirâmide etária de contornos menos triangulares, concentrando boa parte dos indivíduos nas faixas acima dos 30 anos de idade, conforme ilustra o Gráfico 1. Além disso, a combinação entre baixas taxas de fecundidade e crescente expectativa de vida ao nascer, fenômenos que não serão revertidos naturalmente, faz com que se projete para esta década uma pirâmide etária de feição ainda menos triangular para o Rio Grande do Sul, como evidencia o Gráfico 2. Em resumo, o quadro demográfico projetado para 2020

pode ser sintetizado no aumento da idade média dos indivíduos que habitarão nosso Estado, refletindo a estagnação do número de crianças, a elevação robusta da proporção de indivíduos entre 20 e 40 anos e o aumento do número de idosos.

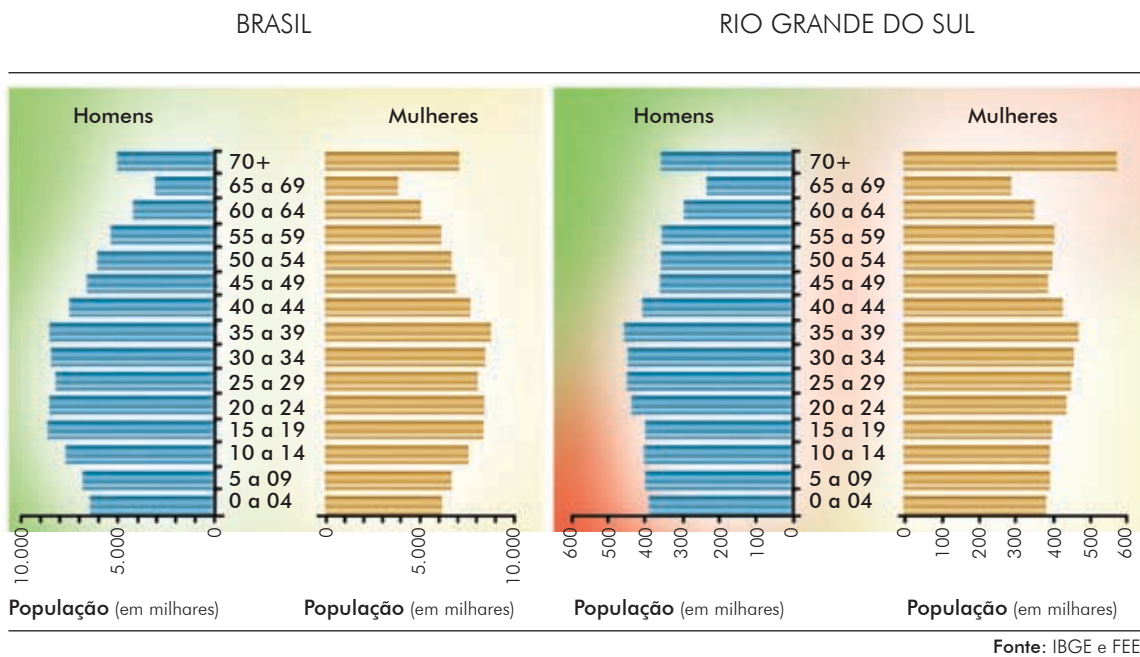
Em termos de volume total, a população gaúcha, que hoje é de 10,70 milhões, deverá chegar em 2020 constituída por um número de habitantes próximo a 11,41 milhões, segundo a última estimativa do IBGE, de 2008. Mais especificamente, tratando-se da decomposição desta população em termos de faixa de idade, as taxas de variação serão bastante heterogêneas entre os grupos, conforme as projeções da FEE. Primeiramente, deve-se observar a estagnação do número de crianças com menos de 10 anos entre 2010 e 2020, em reflexo das taxas de natalidade cada vez menores. Em relação ainda às camadas mais jovens, deve haver uma redução de cerca de 11% do número de jovens entre 10 e 20 anos durante esta década, tendo em vista a maior maturidade da pirâmide gaúcha, cuja base já possui contornos de um triângulo invertido. Por sua vez, a massa de indivíduos que existe hoje concentrada nas faixas de idade entre 10 e 20 anos irá engordar o centro da pirâmide etária, aumentando o número de adultos entre 20 e 30 anos e fazendo com que os indivíduos em idade adulta mais jovem (de 20 a 40 anos) respondam por uma grande parcela – aproximadamente 30% – da população. Esse recorte da transição irá conferir, pela primeira vez na história, um caráter de equilíbrio na estrutura etária do Rio Grande do Sul, que deixará de ser triangular e adquirirá um formato mais próximo a um losango. Como consequência, tal transformação fará com que a capacidade produtiva da população gaúcha atinja um máximo histórico em 2020, declinando ao longo das décadas seguintes. A parcela razoável de indivíduos que já existe hoje inserida na camada entre 45 e 65 anos de idade, aliada ao aumento esperado da



## Gráfico 1 – Pirâmides Etárias em 2010



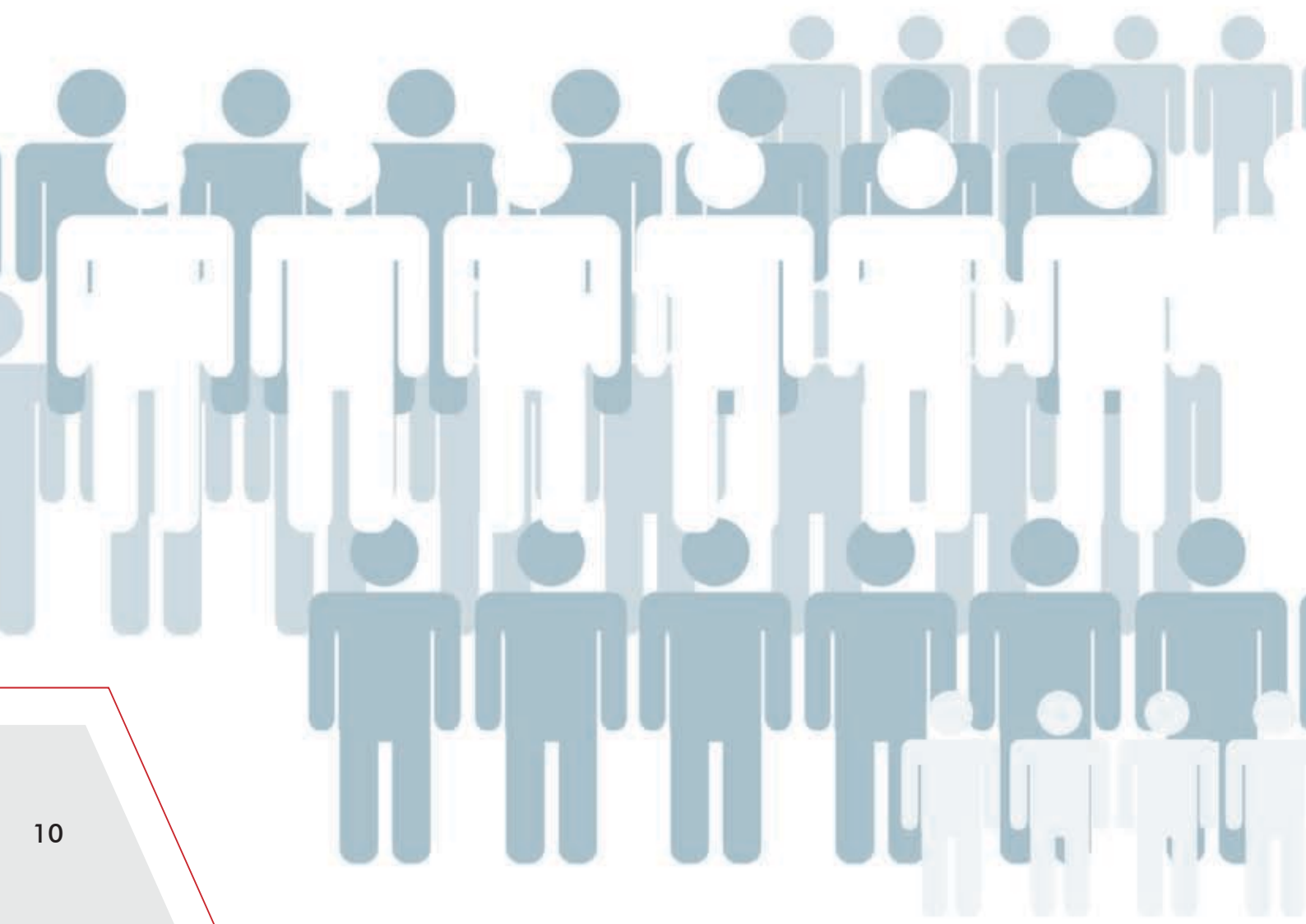
## Gráfico 2 – Pirâmides Etárias Projetadas para 2020



expectativa de vida, irá começar a inflar o topo da pirâmide etária gaúcha, de forma que as camadas mais velhas da população começarão a representar, efetivamente, uma grande parte do total. Deve-se observar um crescimento razoavelmente rápido da proporção e do volume de idosos, com a parcela de pessoas com 65 anos ou mais, que hoje é de 8,9%, devendo chegar a 12,1% em 2020. Assim, a parte superior da pirâmide também apresentará contornos com menor inclinação, concentrando boa parte da população gaúcha.

Todas essas transformações no caráter etário da população terão impacto sobre o perfil de seus gastos, visto que os hábitos de consumo variam conforme cada estrato de idade.

Em específico, tendo em vista estagnação do número de crianças, bens e serviços voltados a atender a faixa entre 0 e 10 anos de idade terão um crescimento alimentado somente pela expansão da renda familiar, que não será desprezível, mas não gozarão de um aumento significativo no número de seus consumidores. Quanto aos produtos cujo alvo é a população de adultos nas faixas mais jovens (entre 20 e 40 anos), o quadro será bastante diferente. Nesse caso, além do efeito importante do aumento de renda, o número de pessoas consumindo será naturalmente maior. Por fim, o aumento do número de idosos e o envelhecimento da população em geral terão efeitos positivos sobre os gastos em bens e serviços relacionados à assistência à saúde.



## 2.2 CENÁRIO SOCIOECONÔMICO

As conquistas atingidas pelo Brasil desde a década de 1990 em termos de política econômica, principalmente no que diz respeito à política monetária, que ancora a estabilidade de preços, não devem sofrer reversões no futuro. Assim, esses avanços dos últimos 20 anos avalizam a formação de perspectivas positivas para o crescimento do produto do País ao longo desta década, independentemente de fatores de ordem exógena que possam impactar, tanto negativamente quanto positivamente, a atividade econômica durante um período delimitado. Inseridos nesse contexto, os níveis crescentes de educação, que também contribuem para a geração de renda e, principalmente, para sua melhor distribuição, devem, no mínimo, manter a tendência de crescimento dos últimos anos, fazendo indivíduos que hoje pertencem às classes D e E ascenderem ao que se pode caracterizar como uma nova classe média. Essa é, conforme um recente estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS – FGV)<sup>1</sup>, o principal motor do “boom” de consumo recente observado no Brasil. Nas palavras de Marcelo Neri, Doutor em Economia e chefe do Centro, “não é que os brasileiros estão indo fazer compras a crédito, mas quem foi mais à escola no passado, isto é, os pobres, estão obtendo agora proporcionalmente mais empregos” (p.16). Dessa forma, os níveis crescentes de educação e a consequente ampliação da renda elevam a capacidade de consumo das famílias e, ainda, alteram o perfil desse consumo, tendo em vista a ascensão social de quem tem sua renda ampliada.

### 2.2.1 Ampliação do produto e da renda

O Brasil passou por algumas transformações ao longo das últimas duas décadas que o

permitiram crescer mais nos últimos anos, bem como elevaram sua potencialidade de crescimento no futuro. Entre essas mudanças, foram de grande relevância o período longo de estabilidade de preços, a solidificação de uma disciplina fiscal e a melhora nos perfis da dívida pública e das contas externas. Dessa forma, a consolidação de políticas macroeconômicas consistentes, que deram base a essas transformações e criaram um ambiente econômico e institucional favorável, permitindo a elevação das taxas de investimento e de produtividade da economia brasileira, auferem ao País capacidade de crescer em torno de 4,5% ao ano (em termos reais) nesta década de modo contínuo e sem que ocorram pressões sobre a inflação. Dessa forma, o PIB brasileiro, que em 2010 foi um pouco maior do que R\$ 3 trilhões, deve chegar em 2020 na casa dos R\$ 5 trilhões (a preços de 2010).

Em termos de renda familiar per capita, é possível projetar um crescimento da mesma ordem do PIB para esta década, balanceando seu comportamento dos últimos anos, quando cresceu acima do PIB per capita, e a tendência esperada de convergência com o mesmo no longo prazo. Considerando que, conforme os cálculos do CPS-FGV a partir dos dados da PNAD, a renda do trabalho corresponde a 73% da renda familiar, os quadros atual e esperado para um futuro próximo do mercado de trabalho, devem fazer a renda continuar crescendo, pelo menos nos próximos anos, acima do PIB per capita. Assim, embora o hiato que vem se observando entre os crescimentos da renda e do PIB per capita deva, em algum momento, ser reduzido, uma convergência total pode demorar a ser observada.

No caso específico do Rio Grande do Sul, o cenário construído para esta década leva em conta um crescimento médio de 3,5% ao

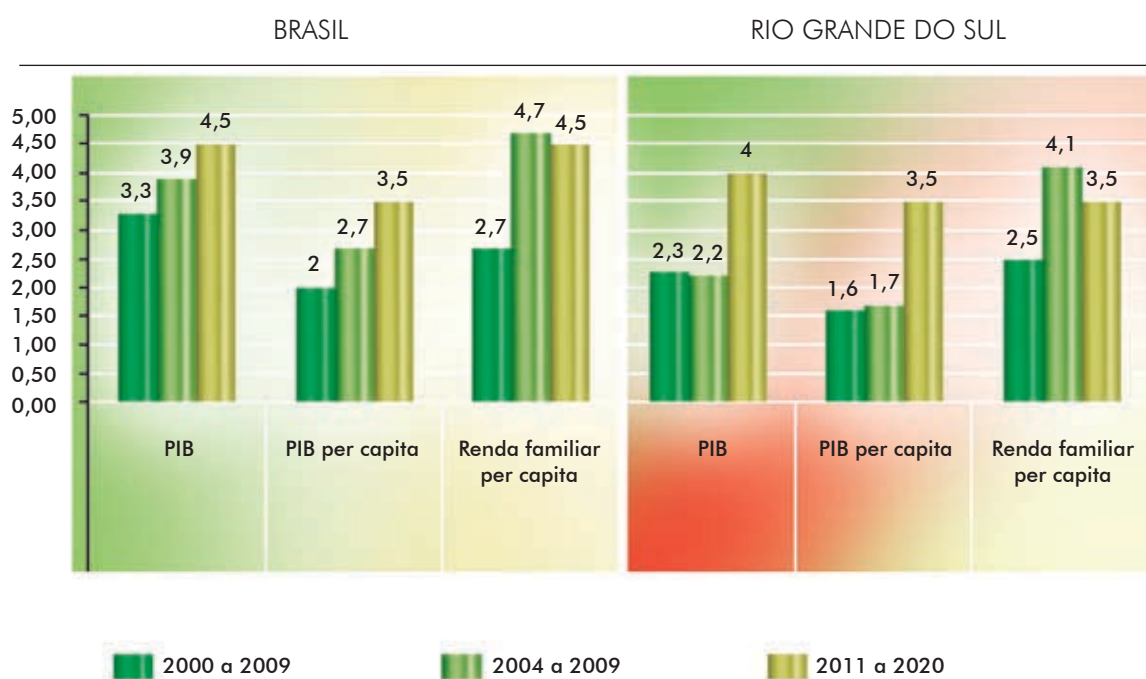
<sup>1</sup>A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres. Disponível em <http://www.fgv.br/cps/ncm/>.

ano para a renda familiar per capita. Dois aspectos devem ser considerados a respeito dessa projeção. Primeiramente, supondo um crescimento médio para o PIB gaúcho entre 2,5% e 3,0% (entre 2,0% e 2,5% em termos per capita) nesta década, em linha com seu potencial e sua média de crescimento nos últimos 10 anos, esse valor corresponderia a uma continuidade da tendência dos últimos anos em que, pelos mesmos motivos já atribuídos ao País como um todo, a renda das famílias gaúchas cresceu mais do que o PIB per capita. Por outro lado, a projeção utilizada como hipótese-base para a expansão de renda também é coerente com um cenário um pouco mais otimista em termos de PIB, dadas as perspectivas para a economia nacional e uma possível aceleração na eliminação de alguns gargalos logísticos no Estado. Considerando

um crescimento médio entre 3,0% e 4,0% para a economia gaúcha, no entanto, a expectativa de ampliação da renda familiar per capita significaria uma aproximação mais rápida de sua relação de longo prazo com o PIB per capita.

Em resumo, o cenário levado em conta para a ampliação da renda familiar per capita é bastante realista, independentemente de uma projeção mais ou menos otimista em relação ao crescimento do PIB do Rio Grande do Sul. Esse cenário leva em conta tanto uma tendência de convergência no longo prazo entre a variação da renda e do PIB quanto o quadro atual do mercado de trabalho, que provoca um descolamento temporário entre essas variações, e é compatível com um intervalo de possibilidades para o crescimento do produto do Estado, que deve chegar em 2020 próximo a R\$ 300 bilhões, a preços de 2010.

**Gráfico 3 – PIB e Renda familiar – Taxas de crescimento médias (%)**



Fonte: IBGE, FEE e CPS-FGV a partir de microdados da PNAD

Projeção: Assessoria Econômica - Fecomércio-RS





### 2.2.2 Configuração das classes sociais

Considerando o objetivo deste trabalho, um aspecto relevante, dentro do contexto de ampliação da renda, é a identificação de como essa ampliação distribui-se entre as classes sociais, visto que possuem hábitos de consumo distintos. Esse exercício também possibilita uma projeção para configuração das populações brasileira e gaúcha em termos de distribuição de renda para esta década, visto que um aumento continuado de renda das classes inferiores implica sua ascensão na estrutura social, a qual, conseqüentemente, acaba modificada. O Brasil encontra-se, atualmente, em um

processo de reversão da desigualdade, que atingiu um máximo na década de 1990. A inflação elevada e o aumento do diferencial de escolaridade foram fundamentais para explicar a piora de distribuição de renda nos anos 1970 e 1980. O fenômeno inverso ocorre a partir de meados dos anos 1990, quando as faixas de renda mais baixas passaram a progredir de forma mais rápida do que os estratos mais altos, fazendo o grau de concentração da renda começar a decair desde então.

Sob a ótica de estratificação da população por classes sociais, adotando o critério do CPS-FGV (Quadro 1), o processo de reversão da desigualdade manifesta-se por meio da

**Quadro 1 – Critério de estratificação da população por classe social do CPS - FGV**

Classe/Renda mensal (2009)	Limite inferior	Limite superior
Classe E	R\$ 0,00	R\$ 705,00
Classe D	R\$ 705,00	R\$ 1.126,00
Classe C	R\$ 1.126,00	R\$ 4.854,00
Classe B	R\$ 4.854,00	R\$ 6.329,00
Classe A	R\$ 6.329,00	

Fonte: CPS - FGV

redução do número de pessoas inseridas nas classes D e E. Como vêm elevando sua renda mais significativamente do que a população das classes mais altas, muitos indivíduos classificados inicialmente nesses estratos sociais, ao aumentarem seus rendimentos, atingem o limite do critério, ingressando na classe C. Dessa forma, a referida classe fica cada vez mais volumosa, visto que a melhor distribuição dos ganhos de renda também faz o número de pessoas próximas a seu limiar superior, que passam a fazer parte das classes A e B, ser menor do que o de indivíduos que ingressam em sua base ultrapassando seu limite inferior. Nesse sentido, segundo as estimativas do CPS-FGV a partir da PNAD, entre 2003 e 2009, as classes D e E no Brasil encolheram seu volume em cerca de 23 milhões de pessoas, enquanto a classe C, no mesmo período, passou a englobar 29 milhões de brasileiros a mais. As classes A e B também aumentaram ao longo da última década, chegando a englobar 20 milhões de brasileiros em 2009, de um número de 13,3 milhões em 2003. No que diz respeito ao Rio Grande do Sul em específico, uma característica importante de sua população é que, diferentemente do restante do Brasil, há muitos anos a classe C já possui participação mais elevada do que as classes D e E somadas. Mesmo assim, o Estado acompanha o processo que se observa no resto do País, com aceleração no crescimento absoluto e relativo da classe média desde os anos 2000, como ilustram os Gráficos 5 e 6, ao final da seção. Simultaneamente, as classes A e B vem, da mesma forma, aumentando de importância, de modo que as classes D e E estão reduzindo gradualmente sua participação no total da população gaúcha. Esse desenvolvimento, que vem provocando um crescimento vultoso da classe C

brasileira, é o que faz esta ser denominada pelo CPS-FGV como a Nova Classe Média. Conforme os dados de 2009, no Brasil, essa faixa de renda já concentra 94,9 milhões de pessoas, o que corresponde a 50,5% da população, enquanto no Rio Grande do Sul é composta por cerca de 6,5 milhões de indivíduos, significando 59,2% do total.

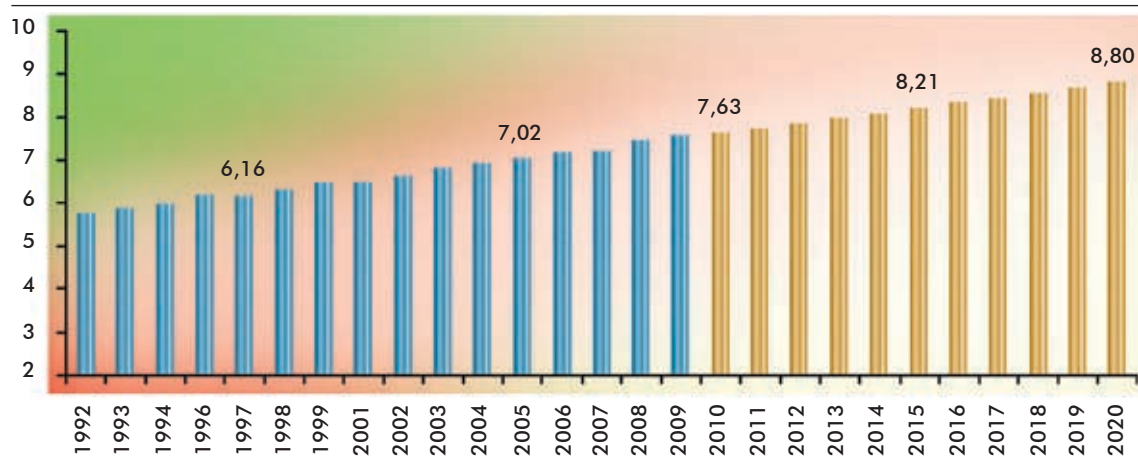
### Por que a distribuição de renda está melhorando?

A questão pertinente, depois de constatada a melhoria na distribuição de renda no Rio Grande do Sul e no País como um todo ao longo dos últimos anos, o que vem fazendo a classe média ganhar cada vez mais importância, é identificar as causas dessa transformação recente. A pertinência de tal questão está no intuito de inferir se a transformação que vem se observando na configuração das classes sociais constituiu um movimento transitório ou se é sustentável no médio e longo prazo, tendendo a perpetuar-se no futuro. Uma conclusão a esse respeito é extremamente relevante, pois a distribuição dos ganhos de renda projetados para esta década irá influenciar a composição dos gastos totais das famílias de forma direta e indireta. Por um lado, o volume e o arranjo do consumo das famílias que será realizado com a renda adicional dependem dos hábitos dos indivíduos que terão acréscimo de renda. Por outro, a distribuição dos ganhos de rendimento também irá afetar a estrutura social ao longo dos próximos dez anos, o que altera os hábitos do consumidor médio e modifica a composição de suas despesas realizadas mesmo com a renda que já possui atualmente. No debate público, é relativamente comum o argumento de que o processo de reversão da desigualdade, que vem sendo observado

recentemente, está unicamente ligado aos programas assistenciais de distribuição de renda realizados pelo Governo federal. Tendo em vista a criação e ampliação do programa Bolsa Família nos últimos anos e que o salário mínimo, que carrega consigo os benefícios de menor valor da previdência social, mais do que triplicou desde 2000, as classes D e E estariam aumentando suas rendas mais rapidamente do que as classes A, B e C. Nesse caso, o processo não seria autossustentado, visto que o aumento de renda das classes mais pobres poderia ser transitório, sendo revertido caso as políticas assistenciais, principalmente o Bolsa Família, chegassem ao fim. O estudo intitulado “A Nova Classe Média”, do CPS-FGV, mencionado anteriormente, na seção que visa explicar os ganhos de renda das famílias mais pobres, avaliando a importância de diferentes fatores, contudo, indica que pouco mais de 30% da redução da desigualdade está associada aos programas assistenciais e às transferências via previdência social. Em contrapartida, esse estudo indica que a maior parte dessa redução deve-se ao

aumento dos níveis de escolaridade que vem ocorrendo desde metade dos anos noventa. Em outras palavras, apesar da baixa qualidade do ensino no País, a elevação dos níveis de escolaridade dos pobres gera um aumento de produtividade, que permite que os indivíduos possam empregar-se formalmente e receber maiores salários. Assim, não são apenas as políticas sociais de transferência de renda ou a expansão do crédito que têm sustentado o crescimento da renda e do consumo, mas, principalmente, o efeito da escolaridade. O Gráfico 4 ilustra o desenvolvimento educacional no caso específico do Rio Grande do Sul, apresentando a evolução do nível de escolaridade média desde 1992, bem como as projeções para esta década. É possível identificar claramente a tendência de elevação do número de anos de estudo ao longo das últimas décadas e esse é o principal fator que vem alimentando os ganhos de renda das classes mais pobres. Em termos de previsão, o cenário para a educação média nos próximos 10 anos foi construído de forma parcimoniosa, projetando a continuidade

**Gráfico 4 – Nível de escolaridade (média de anos de estudo) no Rio Grande do Sul - população com idade superior a 25 anos**



Fonte: CPS-FGV a partir de microdados da PNAD

Projeção: Assessoria Econômica - Fecomércio-RS

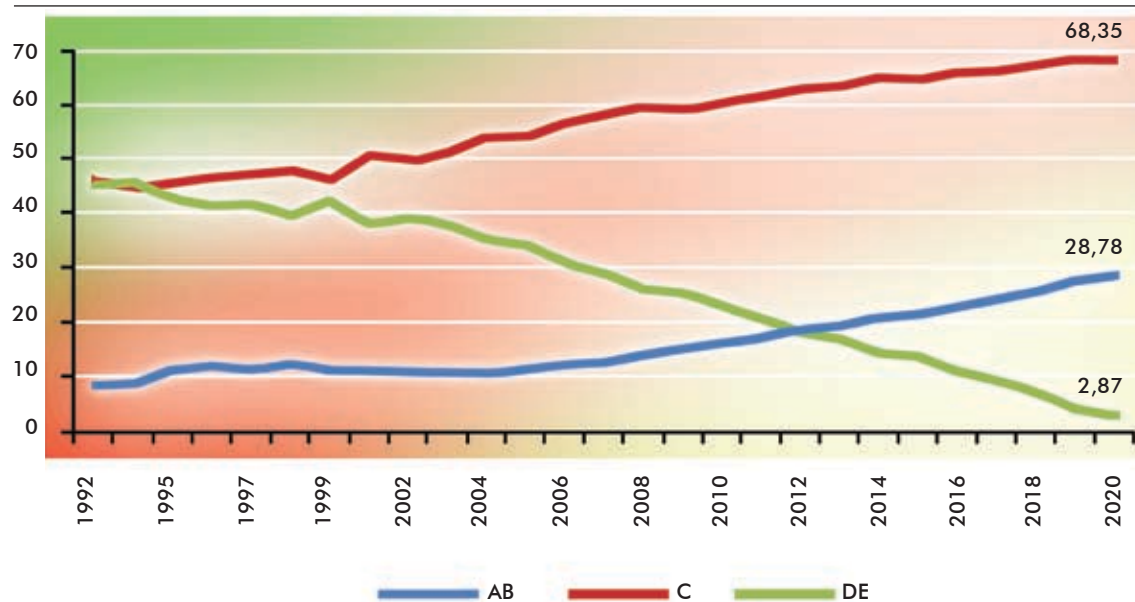
da tendência de caráter linear que se observa nos últimos anos. No entanto, há grandes chances de que as taxas de crescimento daqui em diante passem a ser maiores a cada ano, devido ao efeito multiplicador característico da educação, de forma que o cenário construído neste trabalho contempla o mínimo que pode ser esperado em termos de ampliação do nível médio de escolaridade.

Conclui-se, então, que, devido às razões que o alimentam, o processo de diminuição da desigualdade não é reversível e a melhor distribuição da renda que já se observa hoje é um elemento permanente na configuração social das populações gaúcha e brasileira. Os indivíduos mais pobres dedicaram mais tempo à sua educação e ganharam produtividade, podendo empregar-se e receber salários melhores por suas horas de trabalho, o que, conseqüentemente, elevou sua renda. Ademais, tendo em vista que

os níveis de escolaridade devem continuar progredindo, esse processo também não é transitório. Assim, deve-se continuar observando nesta década um avanço, de maior intensidade caso aprimore-se ainda mais a qualidade do ensino, no que diz respeito a uma distribuição mais equânime da renda entre as classes sociais.

Nesse sentido, a tendência de aumento de participação das classes A, B e C deve ser mantida ao longo dos próximos dez anos, tanto no Rio Grande Sul quanto no Brasil como um todo. Em decorrência, as classes D e E irão perder importância em relação às demais, devendo desaparecer em um futuro não muito longínquo. Os Gráficos 5 e 6 ilustram esse processo no caso do Estado, apresentando as projeções para a estrutura social da população gaúcha nesta década. Até 2020, a classe C, a Nova Classe Média Gaúcha, irá representar quase 70% do total de habitantes,

**Gráfico 5 – Participação percentual das classes sociais no total da população gaúcha (%)**

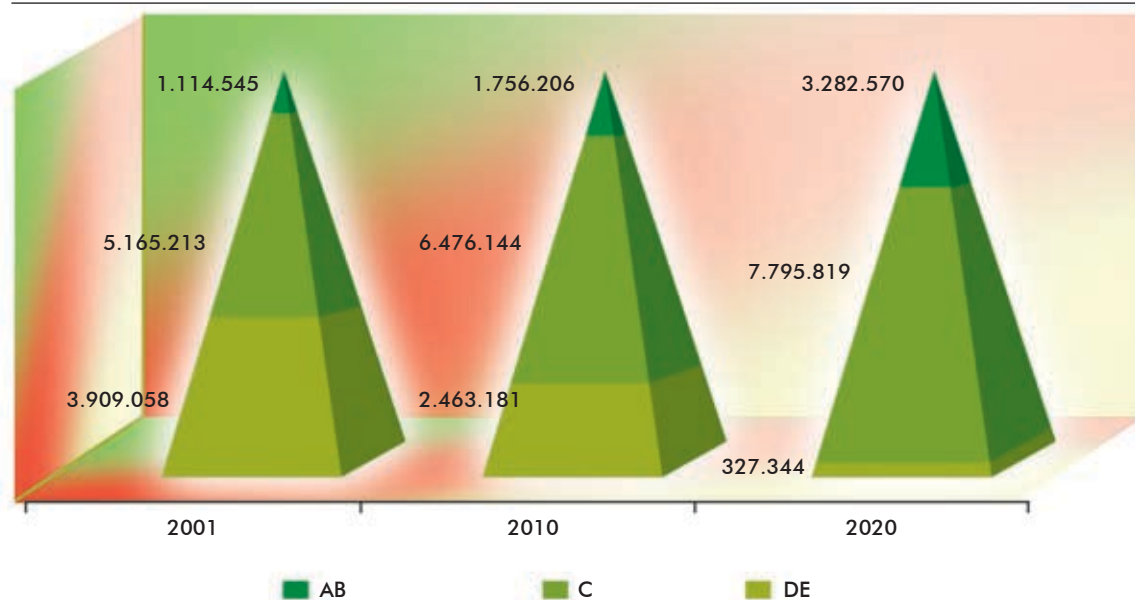


Fonte: CPS-FGV a partir de microdados da PNAD

Projeção: Assessoria Econômica - Fecomércio-RS



**Gráfico 6 – Pirâmides sociais do Rio Grande do Sul (número de habitantes por classe social)**



Fonte: IBGE e CPS-FGV a partir de microdados da PNAD

Projeção: Assessoria Econômica - Fecomércio-RS

englobando um número próximo de 8 milhões de indivíduos. As classes A e B somadas, já por volta de 2013, irão se tornar mais volumosas do que as classes D e E juntas, que até o fim do período de projeção responderão por uma fatia muito pequena da população gaúcha, concentrando pouco mais de 300 mil pessoas, frente às quase 3 milhões que as compõem atualmente. Consequentemente, as classes A, B e C irão deter, praticamente, a totalidade do poder de compra das famílias gaúchas em 2020.

As projeções desenvolvidas neste trabalho baseiam-se na hipótese de que os indivíduos apresentam, em um período qualquer, hábitos de consumo que dependem, além de sua faixa etária, exclusivamente da classe social em que estão inseridos naquele período. Em outras palavras, um indivíduo pobre que sofre um aumento de renda e ingressa

na classe média irá comportar-se como os indivíduos que anteriormente já se encontravam nela, adaptando seus hábitos e alterando sua cesta de consumo. Dessa forma, o processo de desenvolvimento que se está observando, com a classe média absorvendo um número expressivo de indivíduos a cada ano transcorrido, altera tanto o volume total quanto a composição dos gastos das famílias em bens e serviços. Com o aumento de renda, a classe média irá não só englobar um número maior de pessoas, como concentrará um poder de compra ainda maior. Dito de outra forma, existirão mais pessoas com hábitos de classe média, mas, adicionalmente, essas pessoas possuirão mais renda do que possuem atualmente e, em consequência, irão consumir mais, de forma que seus hábitos irão ditar a composição de grande parte do volume total de gastos das famílias gaúchas, valendo o mesmo para as classes A e B.

## 3 \ PROJEÇÕES PARA O CONSUMO DAS FAMÍLIAS



Considerando todos os aspectos delineados ao longo do trabalho, referentes às perspectivas para o Rio Grande do Sul nestes próximos dez anos, apresenta-se as projeções a respeito do comportamento, em termos de volume e composição, do gasto das famílias gaúchas nesse período. Tais projeções são baseadas em hipóteses cuja maioria já foi citada nos cenários formulados ao longo do trabalho. Em resumo, as hipóteses básicas do trabalho são as seguintes:

- Crescimento da renda familiar per capita será de 3,5% ao ano, em média;
- O crescimento populacional acontecerá conforme as projeções do IBGE e da FEE;

- O nível de escolaridade da população com idade superior a 25 anos chegará a 8,8 anos de estudo em 2020;
- Em âmbito nacional, o volume de crédito atingirá 60% do PIB em 2020; e
- Os preços relativos devem ser constantes.

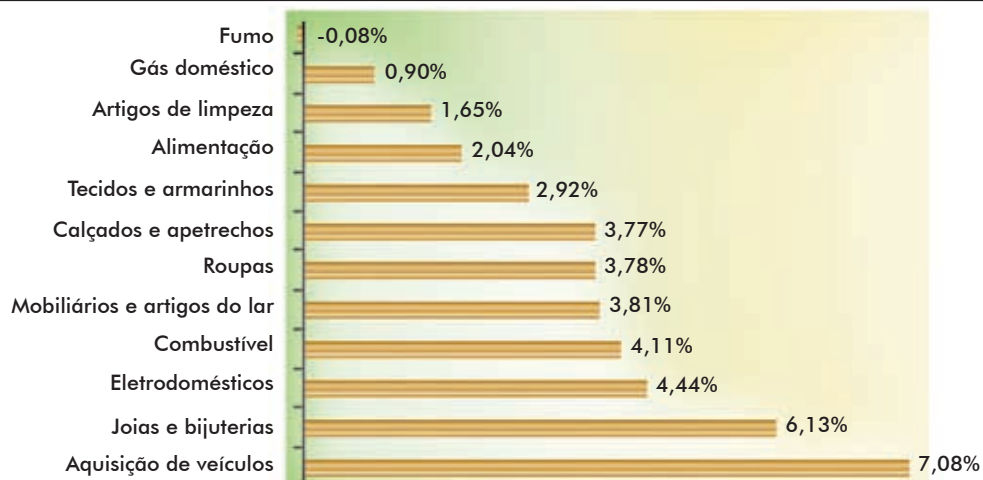
Em geral, os resultados indicam um crescimento maior dos gastos familiares em serviços do que com a aquisição de bens. Nesse sentido, tendo em vista a ampliação da renda e o aumento de escolaridade, diversos segmentos de despesa com serviços devem passar por aumentos expressivos nesta década, com destaque para os gastos em educação privada. No âmbito do consumo de bens, o dispêndio das famílias com a aquisição de veículos deverá ter um comportamento ressaltado em relação aos outros segmentos.

### 3.1 BENS

O Gráfico 7 apresenta as taxas de crescimento médias anuais implicadas pelas projeções para as despesas das famílias em consumo de bens para os próximos 10 anos e o Gráfico 8 apresenta a participação percentual, atual e projetada para 2020, de cada segmento de despesa no total. Os resultados, em geral, são condizentes com os efeitos das transformações já mencionadas pelas quais devem passar a população gaúcha, que deve ficar mais velha e mais rica nestes próximos anos, com as classes D e E praticamente desaparecendo. Nesse contexto, no que diz respeito ao consumo de bens, a lógica é que a despesa com itens duráveis, como eletrodomésticos, móveis e veículos, apresente desempenho destacado em relação aos outros segmentos, tendo em vista a situação em que já se encontra o Rio Grande do Sul em termos de desenvolvimento. Dentre a segmentação contemplada pela POF, o grupo que deve passar por maior crescimento é o gasto com aquisição de veículos, que, crescendo em média 7,8%

ao ano, deve passar a representar 8,9% do gasto total das famílias gaúchas em 2020, 1,7 p.p. acima do que representa hoje. Em consonância, com um número maior de famílias pertencentes às classes média e alta, juntamente com a aquisição de veículos, deverá aumentar, em média 4,1% ao ano, a despesa com combustíveis para o veículo próprio. No contexto de uma população mais rica, a despesa com joias e bijuterias e com eletrodomésticos também devem ser destaques de crescimento nesta década. No entanto, mesmo aumentando de forma expressiva, os gastos com essas categorias de consumo não devem ganhar participação no total. Por fim, é possível destacar que a despesa com bens de subsistência, como os segmentos de alimentação, gás doméstico e artigos de limpeza não irá, conforme as projeções, passar por ampliação expressiva. Como já foi mencionado nas seções anteriores, o Rio Grande do Sul encontra-se em um estágio de desenvolvimento mais avançado do que o do País, com uma classe

**Gráfico 7 – Taxas médias de crescimento anual das despesas das famílias com bens na década de 2010**



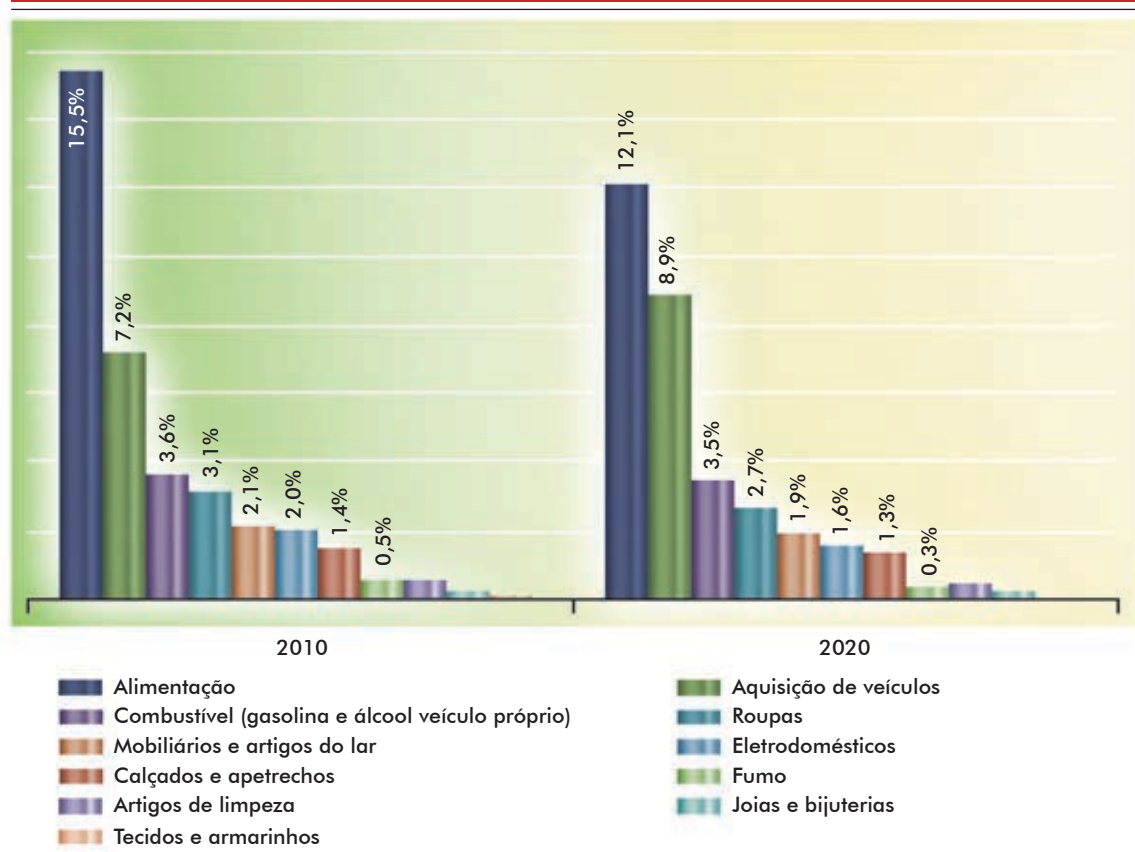
Fonte: Microdados da POF – IBGE

Projeção: Assessoria Econômica – Fecomércio-RS

média já bastante volumosa, classes D e E já bastante encolhidas e população crescendo muito pouco. Dessa forma, mesmo que haja uma melhoria na qualidade de vida de algumas famílias de classes inferiores e de classe média, principalmente no que diz respeito à alimentação, os ganhos adicionais de renda não tendem a ser convertidos em despesas com bens de subsistência, visto que grande parte da população gaúcha já possui sua demanda por essa classe de bens saciada. Por outro lado, com uma taxa de crescimento populacional muito baixa, à parte do aumento de consumo induzido pela melhor qualidade de vida, deve haver pouco crescimento em

decorrência de uma base de consumo maior, isto é, um número maior de indivíduos consumindo. Conseqüentemente, o crescimento da despesa com itens básicos é limitado por diferentes fatores, devendo ser cada vez menor ao longo dos próximos anos. As projeções indicam uma queda expressiva da participação percentual dos gastos com alimentação em relação ao montante total de despesas familiares, devido a um crescimento médio de apenas 2,0% ao ano até 2020. Da mesma forma, os gastos com artigos de limpeza e gás doméstico devem elevar-se 1,7% e 0,9% ao ano, respectivamente, confirmando o que a intuição, por si só, já indicaria.

**Gráfico 8 – Participação dos principais grupos de bens no total das despesas das famílias**



Fonte: Microdados da POF – IBGE

Projeção: Assessoria Econômica – Fecomércio-RS

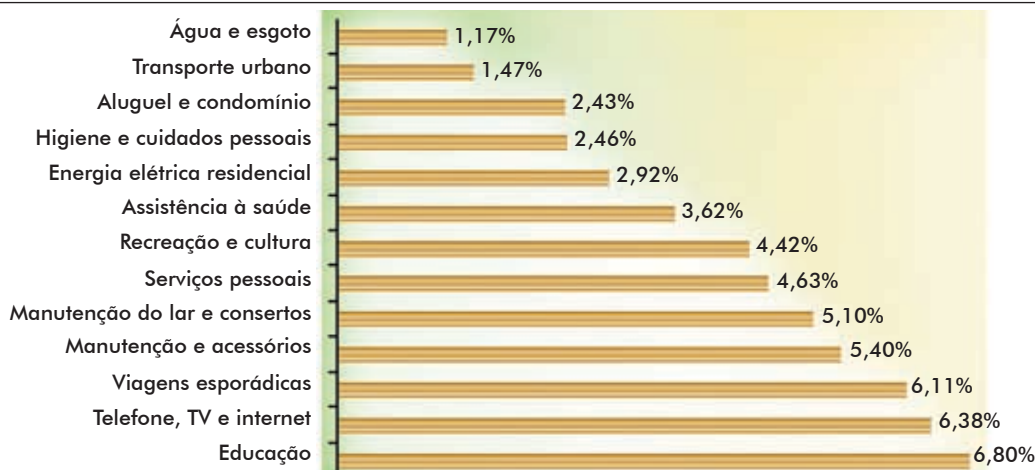


### 3.2 SERVIÇOS

As taxas de crescimento médias anuais implicadas pelas projeções para as despesas das famílias com os diferentes grupos de serviços

são apresentadas no Gráfico 9 e a participação percentual de cada grupo no montante total gasto pelas famílias, atual e projetada para 2020, é apresentada no Gráfico 10. Conforme

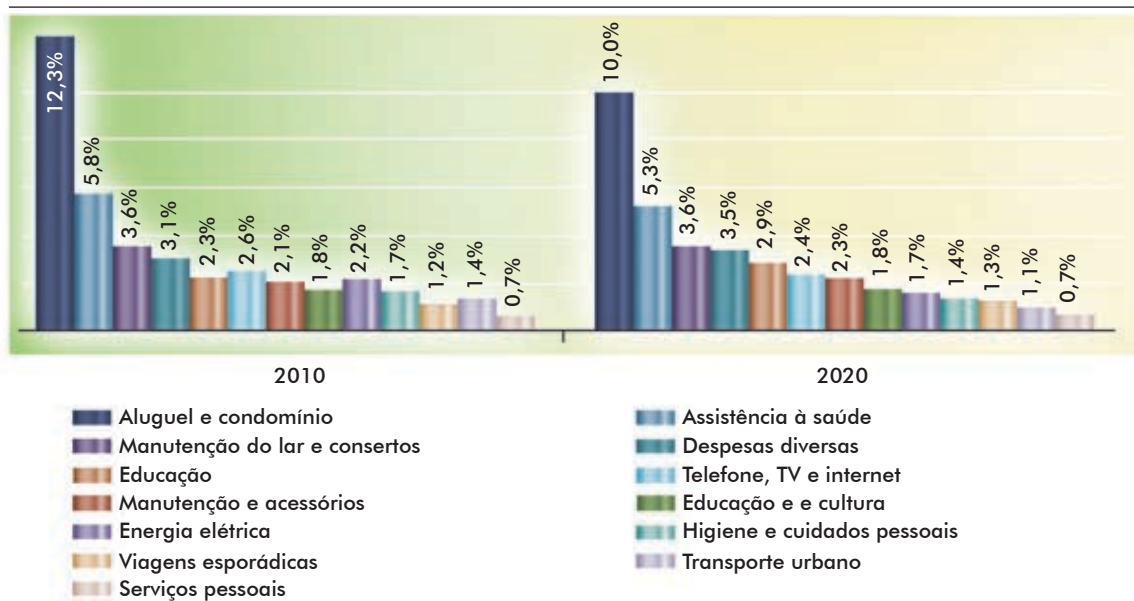
**Gráfico 9 – Taxas médias de crescimento anual das despesas das famílias com serviços na década de 2010**



Fonte: Microdados da POF – IBGE

Projeção: Assessoria Econômica – Fecomércio-RS

**Gráfico 10 – Participação dos principais grupos de serviços no total das despesas das famílias**



Fonte: Microdados da POF – IBGE

Projeção: Assessoria Econômica – Fecomércio-RS

as projeções, todos os segmentos de serviços passarão por ampliação de consumo, porém, assim como no caso do dispêndio em aquisição de bens, os itens mais sensíveis à elevação de renda e de volume das classes média e alta sofrerão maior impacto.

O destaque em termos de serviços são as despesas com educação, que deverão crescer em média 6,8% ao ano nesta década, ultrapassando o segmento de televisão, telefone e Internet, chegando a uma participação de 2,9% no gasto familiar. O aumento de renda, juntamente com o efeito multiplicador do próprio aumento de escolaridade, deverá fazer as famílias dedicarem uma parte maior de seus gastos à educação privada nos próximos anos. Cabe ressaltar que esses efeitos terão magnitude tão expressiva que prevalecerão sobre o impacto negativo exercido pela

estagnação do número de crianças e pelo decaimento da quantidade de jovens, resultando em um crescimento expressivo das despesas com educação.

As despesas das famílias gaúchas com serviços de assistência à saúde devem ser impactadas pelo envelhecimento da população, crescendo em média 3,6%. Contudo, um aspecto importante a ser destacado é que esse impacto ainda é menor do que o efeito que a elevação da renda terá sobre outros grupos de serviços, de forma que os gastos com assistência à saúde deverão perder participação nas despesas totais das famílias. Nesse sentido, o dispêndio com segmentos como o de viagens esporádicas, telefone, televisão e internet e manutenção e acessórios passará por uma elevação expressiva, enquanto os grupos de água e esgoto e de transporte urbano crescerão muito pouco.



## 4 \ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as considerações apresentadas, vale destacar, por fim, que os valores apresentados para as projeções foram calculados utilizando os dados da mais recente POF do IBGE e, portanto, baseiam-se no estado atual do mercado em termos de produtos e de preços relativos. Com isso, essas projeções não conseguem captar possíveis alterações nos padrões de consumo decorrentes de inovações e de mudanças no patamar de preços em determinado grupo de bens ou serviços. Essa questão é particularmente importante quando se trata, por exemplo, de produtos de informática, serviços de manutenção e consertos, telefonia e internet, entre outros grupos cuja dinâmica de inovações é muito rápida. Sabe-se que esse grupo de bens e de serviços é altamente sensível ao progresso da ciência e da tecnologia, que permite o desenvolvimento constante de novos produtos, cuja demanda pode ser maior em relação ao que existe hoje, além do decaimento dos preços. Dessa forma, seu consumo possui um potencial de crescimento maior do que o refletido em nossas estimativas, que não levam em conta essas tendências. O caso dos bens e serviços mais afetados pelo progresso tecnológico é apenas a amostra de uma propriedade do presente estudo que já foi ressaltada anteriormente. Independentemente dos números apresentados para as projeções de crescimento dos diferentes segmentos de consumo, o principal atributo deste trabalho é apresentar algumas tendências para fatores socioeconômicos que possuem grande importância na determinação do comportamento dos gastos das famílias no futuro.

Primeiramente, o trabalho chamou a atenção para o envelhecimento rápido da população gaúcha. Contudo, no que diz respeito à identificação dos reflexos desse envelhecimento nas despesas das famílias, é importante destacar que ainda encontra-se em um estágio intermediário, de forma se observará o crescimento do número de pessoas concentradas em todas as faixas de idade superior a 20 anos. Assim, diversos tipos de bens e serviços sofrerão um

impacto favorável gerado pelo aumento de seu público-alvo, com destaque para as despesas com bens duráveis e com serviços de saúde, que são beneficiados com a elevação do número de adultos e de idosos, respectivamente. Além disso, foi destacada a importância que vêm ganhando as classes A, B e, principalmente, C, com a elevação e melhor distribuição da renda nos últimos anos. Nesse sentido, há de se entender cada vez melhor como se comportam os indivíduos desses estratos sociais, visto que representarão quase a totalidade do mercado em um futuro não muito longínquo. No que diz respeito às pessoas pertencentes às altas classes de renda, qualidade e marca são fatores de grande relevância para sua decisão de consumo, de forma que sua demanda é menos impactada pelos preços dos produtos que costumam consumir. Os indivíduos da classe média, por sua vez, também levam em conta a qualidade na hora de consumir, principalmente quando se trata de bens e serviços de maior valor, que não podem ser adquiridos por essas pessoas com frequência. Entretanto, a classe C é muito mais sensível aos preços do que os estratos superiores, de forma que, além de analisar a qualidade na hora de comprar, também leva muito em conta o custo dos produtos que adquire. Assim, o balanço adequado entre qualidade e preço é fundamental quando o público alvo de qualquer tipo de venda compreende os indivíduos da classe média. Em termos conclusivos, o apontamento de algumas tendências para esta década é a maior contribuição que pode ser dada aos empresários do setor terciário pelo presente estudo, servindo como um guia de orientação sobre o comportamento do volume e da distribuição das despesas das famílias gaúchas ao longo dos próximos anos. As estimativas de crescimento dos diferentes grupos de gastos, em grande parte, refletem essas tendências, contudo devem ser interpretadas como aproximações, de forma que sua concretização exata depende de diversos fatores imponderáveis, que não podem ser contemplados por um exercício de previsão.

